



## Formação Humana e Luta Pela Terra

### Human Formation and Struggle for Land

Elson dos Santos Gomes Junior<sup>(1)</sup>

Página | 2491

<sup>(1)</sup>ORCID n° <https://orcid.org/0000-0002-7222-8288>; Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica; Instituto Federal Fluminense – IFF; Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro; BRAZIL; E-mail: [elsonuenf@yahoo.com.br](mailto:elsonuenf@yahoo.com.br).

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

*Recebido em: 14 de setembro de 2020; Aceito em: 23 de março de 2021; publicado em 31/05/2021. Copyright© Autor, 2021.*

**RESUMO:** O presente artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa realizada no Assentamento Zumbi dos Palmares (Campos dos Goytacazes/São Francisco de Itabapoana – RJ) entre 2013 e 2015. A pesquisa teve como objetivo o estudo da cultura política de assentados de reforma agrária considerando, para isso, as variáveis associativismo, mobilização sociopolítica e sofisticação política. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de um questionário de perguntas fechadas, entrevistas e da técnica etnográfica. Os resultados obtidos demonstram que a cultura política dos assentados possui, em média, maiores índices quando comparados aos moradores do perímetro urbano da cidade, e que as principais formas de associativismo identificadas são o associativismo religioso e profissional. Além disso, através da “forma acampamento”, os assentados adquiriram uma “formação” voltada para uma reorientação ontológica pautada na relação destes com a terra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acampamento, Cultura Política, Associativismo.

**ABSTRACT:** This article presents part of the results of a research carried out in the Zumbi dos Palmares Settlement (Campos dos Goytacazes/São Francisco de Itabapoana – RJ) between 2013 and 2015. The research aimed to study the political culture of agrarian reform settlers considering, for this, the variables associativism, socio-political mobilization and political sophistication. Data collection was carried out through the application of a questionnaire of closed questions, interviews and the ethnographic. The results obtained show that the political culture of the settlers has, on average, higher rates when compared to residents of the urban perimeter of the city, and that the main forms of association identified are religious and professional associations. In addition, through the “camp form”, the settlers acquired a “formation” aimed at an ontological reorientation based on their relationship with the land.

**KEYWORDS:** Camp, Political Culture, Active Participation.

## INTRODUÇÃO

A relação entre formação humana e luta pela terra no Brasil possui um fundo histórico mais abrangente cujo cerne se encontra na chamada “questão agrária” (SILVA, 1981). A concentração da terra, e seu agravamento a partir da Lei de Terras de 1950, estiveram profundamente associados a uma concepção de humanidade. Para àqueles que se encontravam fora de tal concepção, restou a marginalidade, tanto do reconhecimento de sua condição humana quanto no exercício de direitos sociais.

Os dois principais grupos que sofreram mais diretamente os efeitos desta exclusão foram os indígenas e os negros (MOTTA, 2005). Esta marginalização, em sua forma jurídica, esteve assentada sobre uma bagagem cultural que, a princípio, colocou em xeque a humanidade destes grupos sociais. Primeiro lhes foi negado a alma, depois a liberdade, a terra, e tantos outros elementos constitutivos da humanidade. Assim a deteriorização da condição humana imposta a tais populações possui um processo de longa data.

Quando entendemos que o conceito de formação humana, entre outras abordagens, encontra-se intimamente ligado a luta pela terra, primeiramente, podemos perceber que o processo de formação social brasileiro foi para estas populações um longo caminho de deformação; cuja cultura de reconhecimento humano para o exercício de qualquer cidadania pautou seus fundamentos na sociedade escravocrata (CARVALHO, 2002).

Nestes termos a luta pela terra envolveu muito mais que a condição de posse e/ou propriedade, uma vez que sua história no Brasil nos remete a processos que manifestaram a variação da concepção de humanidade, simbolismos, cidadania, questão racial, luta por reconhecimento, entre tantos outros fatores. A lógica dos movimentos sociais presentes no campo deve ser, assim, entendida, no dizer de Mészáros (2008), para “além do capital”. O mesmo autor nos alerta a respeito das “dimensões” humanas (SCHELER, 2003) negligenciadas pela lógica capitalista.

No pensamento social brasileiro temos a obra de Caio Prado Junior (1972) como síntese da concepção “colonial” de sociedade, onde a lógica capitalista impõe à periferia uma condição degradada de existência. Para que sejam colhidos ao menos alguns frutos de tal inserção econômica e política, a sociedade periférica necessita manter a desumanização à maior parte de sua população, como demonstra no tripé latifúndio, monocultura e degradação humana para exploração do trabalho.

Esta interpretação foi aprofundada e ampliada na teoria da dependência de Florestan Fernandes (2005), através de sua análise da “revolução burguesa” no Brasil, onde não deixou de considerar os fatores do passado escravocrata, a concentração de renda, da sociedade autocrática, a cidadania limitada e superficial, e a degradação da condição humana.

Pelos fatores citados anteriormente podemos compreender que os movimentos sociais no campo são importantes por fatores que ultrapassam o acesso à propriedade para populações historicamente marginalizadas. Este processo só é visualizado de forma limitada quando encarado através do prisma estritamente mercantilista do capital (MÉSZÁROS, 2008). Este serve somente para deslegitimar a luta de tais populações, com o discurso de que estão colocando em risco o direito sagrado da propriedade.

Quando afastamos nosso olhar de tais discursos e perscrutamos o processo histórico, vemos que a história efetivada (WALLARTEIN, 2001) é muito diferente dos discursos e das aparências modernas de organização social. A história “real” é a história de uma humanidade que precisa ser resgatada e reconhecida, sendo que sua efetivação não pode ocorrer sem o desafio às estruturas de exclusão consolidadas. Por isso a luta pela terra é também uma luta pela formação humana, que foi negada de forma brutal e avassaladora a milhões de pessoas no Brasil.

Neste quadro histórico os objetivos deste trabalho são (I) apresentar os indicadores da cultura política de assentados de reforma agrária e suas principais formas de associativismo – considerando para isso indicadores de associativismo, mobilização sociopolítica e sofisticação política – e, em seguida, (II) evidenciar a importância atribuída à formação humana em um movimento social de luta pela terra, enquanto dimensão indispensável para o pleno desenvolvimento humano.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de formação humana é historicamente vasto, possuindo muitos significados, por isso Dalbosco et. al (2019) afirma que este conceito deve ser constantemente atualizado. Cada sociedade concebe o homem de uma maneira que seja útil à sua organização, universo cultural, político, e demais instâncias constitutivas.

A concepção de “formação humana” é tratada em seus primórdios ocidentais na obra de Jaeger (2018), onde discorre sobre a “Paidéia” grega e seu ideal de formação. O

autor apresenta a proposta de formação desde a “nobreza guerreira” (séc. VIII a. C.) até o período helenístico. Nesta obra, de grande fôlego e abrangência, podemos perceber que a relação do conceito de formação, desde o início, caminhou estreitamente com o desenvolvimento social, político e cultural dos gregos.

Pimenta (2014) apresenta o conceito de “humanitas” na sociedade romana como um ideal de formação mais cosmopolita e mais dedicado ao estudo das humanidades. Nestes termos, em uma sociedade pautada sobre a necessidade de expansão, administração, burocracia e política, a autora afirma que a formação romana se preocupou mais com uma formação universal.

O processo de transição para a Idade Média contou com um marco de grande importância onde no século IV, sob Teodósio I, o cristianismo se tornou a religião oficial do império (GAUTHIER, 2017). A busca por uma justificativa racionalista de seus preceitos levou a teologia cristã a beber na fonte dos filósofos clássicos gregos. Assim, autores apontam a existência de uma “Paidéia cristã” (CAMBI).

No fim da Idade Média o conceito de formação estava associado a teologia e a metafísica. Neste período se configurou as bases do que, no século XVIII, foi chamado de “Bildung”. No fim do medievo, este conceito significou “o encaminhamento da alma ao criador” (GOERGEN, 2019). Assim, podemos perceber que as mudanças dos termos não se referem apenas à semântica. A preocupação com a “formação” continuou caminhando em conformidade com as mudanças sociais.

No século XVIII, o iluminismo trouxe uma proposta de formação que prezou pela racionalidade e pelo desejo de libertar o homem de antigas instituições (como a Igreja, por exemplo). Neste contexto temos Rousseau (1999) cuja ideia em seu “Emílio” era formar um homem livre, que não se deixasse abater pelos constrangimentos.

Rousseau foi grande influenciador de Kant (2019), que ao tratar “sobre a pedagogia”, prezou pela instrução ao invés da disciplina, valorizou a razão e salientou fundamentos da relação entre trabalho e educação. O conceito de formação iluminista passou a requerer um sujeito que transformasse o mundo e fosse ativo diante da realidade social e existencial.

A Bildung passou por mais uma alteração por conta do romantismo alemão. Desta vez o conceito passou a pleitear outras instâncias da existência humana além da razão (MENZE, 1981). Assim o romantismo compreendeu que o homem não pode ser pleno apenas por desenvolver-se racionalmente, uma vez que ele também é emoção, sensibilidade, estética, arte e literatura.

Neste contexto que a literatura alemã contribuiu em grande medida com o chamado “romance de formação” ou “Bildungsroman” (MAAS, 2000). O marco nesta forma de literatura comprometida com a formação humana foi a obra de Goethe (2009) “Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister” (MÜHL; MARANGON, 2015)

No século XX os pensadores da chamada Escola de Frankfurt contribuíram com a crítica realizada a chamada “indústria cultural” (MATOS, 1993). Assim, em um contexto de produção em massa, novas tecnologias e intensificação da relação espaço-tempo, o capitalismo buscou aprofundar sua acomodação através da produção de cultura de massa. Essa cultura colocou em risco a formação humana, uma vez que a indústria cultural passou a ditar a formação estética, literária, educacional e informacional. É possível observar tais efeitos na relação entre “televisão e formação” (ADORNO, 1995).

Assim o conceito de formação, como portador de conteúdo histórico, além de situado no tempo, deve ser situado no espaço. Na moderna sociedade burguesa, as propostas formativas não podem ser simplesmente transplantadas. Elas precisam ser conectadas com as especificidades culturais de destino. Por isso, no Brasil, considerando o tipo de sociedade burguesa, de capitalismo e de “gramática” cultural (NUNES, 2004), a formação humana ganhou, historicamente, contornos específicos (BOMFIM, 1996).

Na transição do século XIX para o XX, muitos pensadores vislumbraram projetos que colocaram a educação em patamar de prioridade a ser desenvolvido, até mesmo no sentido de “Bildung” (BOTELHO, 1997). No entanto, a ideia de uma “formação” não foi desenvolvida nestes projetos por dois fatores básicos. O primeiro deles diz respeito a ausência do próprio conceito nas propostas e projetos educativos. O segundo, por sua vez, refere-se ao desejo de manutenção do *status quo* e o aprofundamento da desigualdade como estratégia de sobrevivência de frações de classes conservadoras e reacionárias (FERNANDES, 2005).

A tarefa de desafiar as bases “conservantistas” e “parasitárias” com uma educação preocupada com a formação humana se iniciou com Bomfim (1996; 2005) no início do século XX que, segundo Cândido (1990), foi o primeiro representante do “pensamento radical”. Depois, em meados do mesmo século, Florestan Fernandes, com mais “radicalismo”, se opôs ao conservadorismo e seus efeitos sobre a concepção de formação. Para este último o conservadorismo ainda continua a nutrir sua estrutura “contra-revolucionária”, antidemocrática e elitista, em prol da manutenção do Estado autocrático (FERNANDES, 2015).

## PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

### Área de estudo e metodologia

O Assentamento Zumbi dos Palmares está localizado entre os municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana, na região Norte Fluminense (Rio de Janeiro), mais precisamente, entre as coordenadas  $21^{\circ} 32'$  e  $21^{\circ} 45'$  S e  $41^{\circ} 11'$  e  $41^{\circ} 16'$  W. Foi organizado em cinco núcleos e 506 lotes, em uma extensão de 8.005,3 hectares, possuindo uma área útil de 5.924,1 hectares.

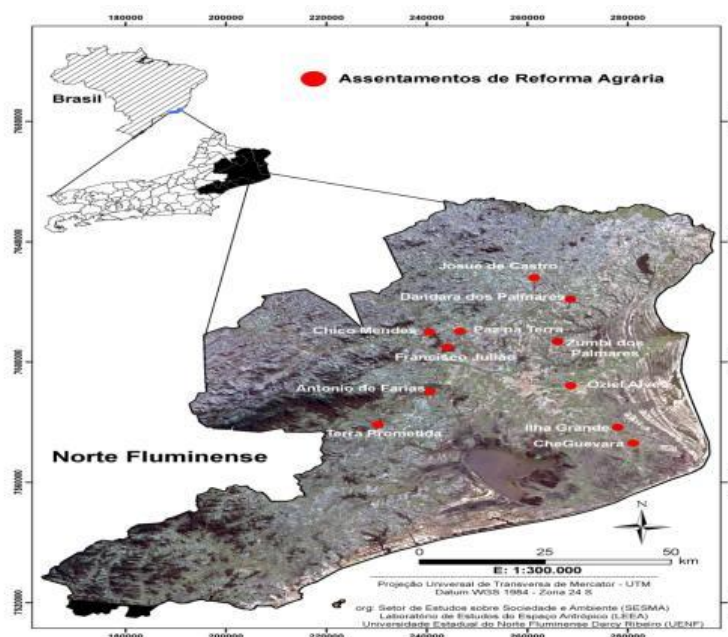


Figura 1: Distribuição dos assentamentos no Norte e Noroeste Fluminense (BELO; PEDLOWSKI, 2014).

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada através de um questionário fechado, entrevista semi-estruturada e análise etnográfica. Com o primeiro, realizamos uma comparação entre a população do Assentamento Zumbi dos Palmares e os moradores do meio urbano, através de um questionário aplicado em período anterior cujo estudo objetivou analisar a cultura política no Norte Fluminense (AZEVEDO; FERNANDES, 2014). Com a segunda, buscamos evidenciar as motivações pessoais para a entrada no acampamento e na luta pela reforma agrária. Por fim, com o recurso etnográfico, buscamos descrever os momentos simbólicos, as relações de poder e outros fatores constitutivos do assentamento.

Para este trabalho, são apresentados os elementos referentes a relação entre formação humana e luta pela terra onde, através do acampamento de reforma agrária, uma pedagogia com fins humanísticos foi desenvolvida no Assentamento Zumbi dos Palmares. Ao ser analisada, podemos destacar efeitos que envolvem questões raciais, de gênero, culturais e ontológicas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Cultura Política e Associativismo

No que tange aos dados obtidos sobre a cultura política dos assentados, os indicadores evidenciaram que, em média, a cultura política destes é maior do que a evidenciada no perímetro urbano da cidade de Campos dos Goytacazes. O questionário e as categorias foram os mesmos aplicados e desenvolvidos no estudo de Azevedo e Fernandes (2014), com destaque para o associativismo, a mobilização sociopolítica e sofisticação política.

A conquista do direito de acesso à terra foi um momento decisivo na trajetória de vida dos integrantes do Assentamento Zumbi dos Palmares, principalmente, porque muitos deles deixaram de ser assalariados rurais e passaram a trabalhar na própria terra (ALENTEJANO, 2011; PEDLOWSKI, 2011).

Este processo contribuiu para o desenvolvimento de estruturas associativas que grande parte da população assentada ainda não havia integrado. Na tabela a seguir, além das ações envolvendo diretamente a luta pela terra, pode-se visualizar as variáveis que integram o índice de associativismo dos integrantes do Assentamento Zumbi dos Palmares.

**Tabela 1: Intensidade de associativismo no Assentamento Zumbi dos Palmares e Campos dos Goytacazes.**

<b>Formas de associativismo</b>	<b>Zumbi dos Palmares</b>	<b>Campos dos Goytacazes</b>
Partidos políticos	0,09	0,29
Sindicato, grêmio ou associação profissional	1,48	0,42
Igreja ou organização religiosa	1,78	1,87
Grupo desportivo, cultural ou recreativo	0,41	0,63
Outra associação voluntária	0,09	0,53
Média	0,68	0,62
N	98	398

Fonte: Laboratório de Gestão de Políticas Públicas – LGPP, UENF, 2014-2015.

Escala: Atitude avaliada através de índice de 0 a 3 (0- Nunca pertenceu; 1- Já pertenceu; 2- Pertence mas não participa ativamente; 3- Participa ativamente).

Quanto a mobilização sociopolítica, um dado que deve ser levado em consideração é o aspecto histórico da “trajetória de vida dos assentados”. Quando utilizamos este termo, o percebemos como uma vida de lutas, em que estas experiências de mobilização muitas vezes não alcançaram êxito nas primeiras tentativas (GONÇALVES, 2004; ALENTEJANO, 2011).

Assim, além do processo que envolveu todo o período no acampamento, necessitou-se também de elaborar estratégias e ações para a superação de dificuldades estruturais e de serviços diretamente relacionadas ao assentamento. Neste sentido, a materialização destas ações é evidenciada na tabela a seguir.



**Tabela 2. Intensidade de mobilização sociopolítica segundo a modalidade de ação política no Assentamento Zumbi dos Palmares e em Campos dos Goytacazes.**

Modalidade de ação sociopolítica	Zumbi dos Palmares	Campos
Assinar um abaixo-assinado	1,51	1,76
Boicotar produtos	1,23	0,84
Participar de manifestação social	1,21	0,93
Participar de comício ou reunião política	1,69	1,85
Contatar políticos/alto funcionário do Estado	1,16	0,94
Dar dinheiro/recolher fundos para causas públicas	1,14	0,89
Contatar ou aparecer na mídia	1,11	0,62
Participar de fóruns pela internet	0,56	0,70
Média	1,18	1,07
N	98	398

Fonte: Laboratório de Gestão de Políticas Públicas – LGPP, UENF, 2014-2015.

Escala: Atitude avaliada através de índice de 0 a 3 (0- Nunca pertenceu; 1- Já pertenceu; 2- Pertence mas não participa ativamente; 3- Participa ativamente).

A “sofisticação política” dos indivíduos pertencentes ao Zumbi dos Palmares será analisada de acordo com a proposta de Azevedo e Fernandes (2014). De acordo com estes, a sofisticação política divide-se em dois conjuntos. O primeiro, chamado de “socialização secundária”, busca apreender o índice de intensidade com que os indivíduos conversam sobre política no local de trabalho, em encontro com os amigos, em casa com os familiares, em reuniões associativas e em conversas com os vizinhos. Já o segundo é chamado “exposição à mídia”, que analisa a intensidade com que os integrantes do Assentamento acessam informações sobre política através de jornais, televisão, rádio e internet.

Quanto a “socialização secundária”, os índices mostram que os assentados possuem baixa intensidade quando o assunto é “falar sobre política”, onde as variáveis que compõem apontam que no Zumbi dos Palmares poucos são os momentos em que seus integrantes reservam para tratar dessa temática, como pode ser visualizado no gráfico a seguir:

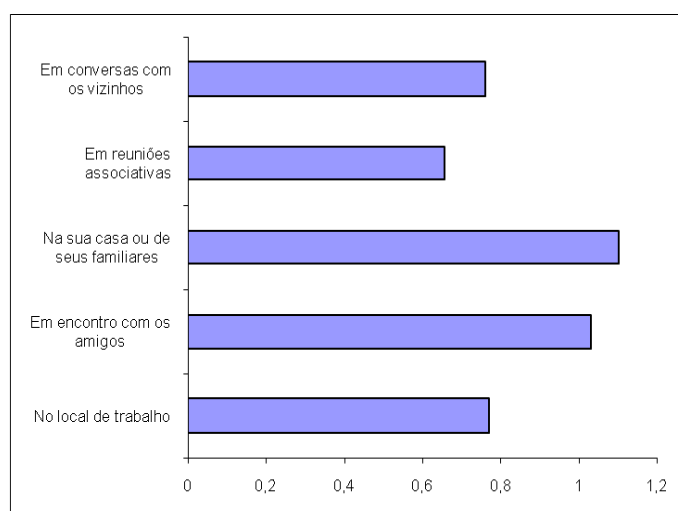


Gráfico 1. Índice de socialização secundária dos integrantes do Zumbi dos Palmares

Para Azevedo e Fernandes (2014, p. 210), a exposição a mídia informativa direciona para “sofisticação política”, principalmente quando os indivíduos buscam informações em jornais impressos. Isto, pelo fato de exigir “maior grau de interesse, atenção e compreensão cognitiva por parte dos indivíduos”. Neste sentido, os dados referentes ao Zumbi dos Palmares apresentam a seguinte configuração:

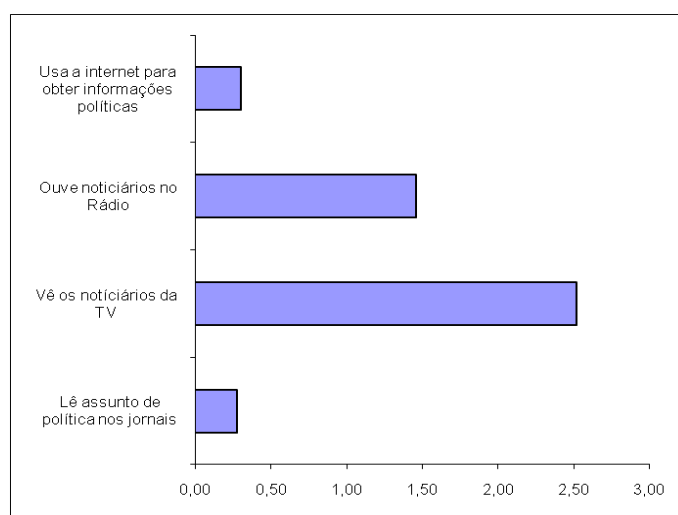


Gráfico 2. Índice de exposição à mídia informativa no Zumbi dos Palmares.

Em síntese, os resultados salientam a existência de experiências diferenciadas de formação da cultura política, o que aponta para algumas especificidades em sua configuração. Para os integrantes do Assentamento estas diferenças são maiores em relação aos fatores de sofisticação e, quando analisados os elementos referentes à

participação política, os índices referentes a Campos dos Goytacazes são inferiores como exposto na tabela a seguir.

**Tabela 3. Determinantes da cultura política em Campos e no Zumbi dos Palmares**

<b>Determinantes</b>	<b>Zumbi dos Palmares</b>	<b>Campos dos Goytacazes</b>
Associativismo	0,68	0,75
Mobilização sociopolítica	1,18	1,07
Exposição à mídia	1,14	1,55
Socialização secundária	0,86	1,65

### **Formação Humana**

A pesquisa mostrou que boa parte das pessoas que integram o Assentamento possui um passado rural, e por isso, estavam na expectativa de uma oportunidade de retornar. Como citado anteriormente (MOTTA, 2005), os fatores que culminaram com a marginalização de determinados grupos sociais ainda podem ser vistos, principalmente, quando enfatizamos que, de um universo de 506 lotes, 55% da população assentada se autodeclara negra. Este fator é importante, pois nos mostra que a reforma agrária pode ser um instrumento “efetivo” (WALLERSTEIN, 2001), de inserção da população negra historicamente marginalizada do acesso a terra.

Outro fator importante se refere a participação de mulheres em postos de liderança comunitária. O Zumbi dos Palmares é dividido em 5 núcleos e suas respectivas associações e, em todos os núcleos, a participação das mulheres se fez imprescindível, inclusive, com algumas como principais representantes. A luta pela terra contribuiu para que tais diferenças fossem diminuídas através da estratégia “acampamento” (SIGAUD, 2004).

Segundo Sigaud et. al. (2010) a “forma acampamento” se tornou o principal meio de operacionalizar a luta pela terra desenvolvida pelos movimentos sociais no campo. Primeiro podemos citar o fator pedagógico, em que, além de estratégias, foram socializadas condições de existência, histórias de vida, relações de parceria e amizades, ações em prol do bem comum, entre tantos outros acontecimentos que contribuíram para a construção de uma nova lógica de trabalho e ação (MÉSZÁROS, 2008).



Figura 2: Encontro sobre homeopatia.

O segundo, o fator simbólico, envolveu a “lona preta” (SIGAUD, 2004), a bandeira do movimento, os nomes dados aos acampamentos e futuros assentamentos, a educação implantada e seus princípios pedagógicos, as palavras de ordem e a mística. Assim o acampamento possibilitou o exercício de uma existência que valoriza outras “dimensões” (SCHELER, 2003) do humano e, desta forma, a lógica capitalista que serviu para a marginalização através da exclusão da propriedade, foi sendo confrontada por uma nova proposta ontológica.

A “forma acampamento” possibilitou o desenvolvimento de atividades culturais significativas, como literatura, artes, festividades, grupos de estudos e trocas de informações sobre sementes e ervas medicinais, associações e cooperativas, ações de cunho religioso e político (como as desenvolvidas pela Pastoral da Terra – CPT). O Acampamento serviu como importante meio de difusão de uma virada ontológica, onde outras dimensões da existência humana foram valorizadas (SCHELER, 2003; SIGAUD, 2004).



Figura 3: Encontro para divulgação e troca de sementes.



Figura 4: Assentado Paulo Poeta: camponês, agroecologista, poeta e artesão.

A conquista da terra e a possibilidade de manifestar uma humanidade mais ampliada não significam que as dificuldades foram erradicadas, muito menos, que a lógica burguesa tenha desaparecido. Como diz Florestan Fernandes (1994), a democratização efetiva dos bens é apenas o primeiro passo, não existindo mágica para erradicação de séculos de exclusão. No entanto, como afirma o mesmo autor, não podemos deixar de considerar as conquistas em fluxo como um processo que pode gerar frutos ainda maiores.

Para que uma nova condição humana seja possível para a maioria da população (FERNANDES, 1994), é preciso reconhecer que a lógica capitalista degrada o homem através da imposição da riqueza material como caminho principal a ser buscado para a plenitude humana. Neste sentido, o citado autor salienta a necessidade de uma educação humana, de uma formação que valorize outras formas de existência (FERNANDES,

1989). Além disso, aponta para a necessidade de um humanismo que seja para além do capital, que ele chamou de “humanismo socialista”.

A virada ontológica proporcionada pela formação humana recebida no acampamento e mantida através das formas e redes de sociabilidade foi uma conquista importante que, no entanto, não significou a erradicação da marginalidade. Esta, antes da conquista do lote, esteve associada à existência nas “franjas” das cidades do entorno do Assentamento. Agora, após o desafio e o confronto direto das estruturas latifundiárias, novos desafios foram colocados (PEDLOWSKI, 2011), principalmente, através da ausência do Estado em políticas públicas voltadas para a população rural assentada.

## CONCLUSÃO

A relação entre formação humana e luta pela terra nos mostrou que a existência humana não pode ser pautada apenas pela lógica burguesa materialista (MÉSZÁROS, 2008; WALLERSTEIN, 2001), antes precisa considerar outras “dimensões” como de extrema importância para uma vida plena. Neste sentido, a luta pela terra e a forma acampamento, contribuíram para que muitas pessoas pudessem ampliar suas concepções a respeito das necessidades humanas.

A questão da posse da terra não perdeu importância por isso, mas sim, foi associada a outros fatores que foram desenvolvidos independentemente de conquistas materiais. Isso mostrou a força da formação humana desenvolvida pelos movimentos sociais, inclusive, com a continuidade de tais atividades por pessoas que já conseguiram conquistar a terra. Isso mostra que foi ampliado o horizonte ontológico compartilhado pelos assentados.

## REFERÊNCIAS

1. ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.
2. ALENTEJANO, Paulo Roberto R. “O Norte Fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro”. In: PEDLOWSKI,

- Marco A. et al. *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
3. AZEVEDO, S.; FERNANDES, J. S. “Pólos regionais do Norte Fluminense e a Região Metropolitana: cultura política em perspectiva comparada”. *Cadernos Metrópole* (PUCSP), v. 16, p. 195-217, 2014.
4. BELO, D. C.; PEDLOWSKI, M. A. “Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra”. *Revista NERA* (UNESP), v. 17, p. 71-85, 2014.
5. BOMFIM, Manoel. *A América Latina Males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
6. \_\_\_\_\_. *O Brasil Nação – realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
7. BOTELHO, André – *O batismo da instrução: atraso e modernidade em Manoel Bomfim*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, 1997.
8. CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
9. CÂNDIDO, Antônio. Radicalismos. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 4, n. 8, 1990.
10. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
11. DALBOSCO, Cláudio Almir et. al (Orgs). *Formação Humana (Bildung) – despedida ou renascimento?*. São Paulo: Cortez Editora, 2019.
12. FERNANDES, FLORESTAN. *Democracia e Desenvolvimento – a transformação da periferia e o capitalismo monopolista na era atual*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
13. \_\_\_\_\_. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.
14. GAUTHIER, Clermont. A Roma Antiga e o nascimento da escola na Idade Média. In: GAUTHIER, Clermont e TARDIF, Maurice (Orgs.). *A Pedagogia. – teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias*. Petrópolis: Vozes, 2017.
15. GOERGEN, Pedro. Bildung ontem e hoje: restrições e perspectivas. In: DALBOSCO, et. al. (Orgs.) *Formação Humana (Bildung) – despedida ou renascimento?*. São Paulo: Cortez Editora, 2019.
16. GOETHE, Johann Wolfgang Von. *Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister*. São Paulo: Editora 34, 2009.

17. GONÇALVES, C. U. *Capelinha: marco e marcas da luta pela terra no Rio de Janeiro*. Vértices (Campos dos Goitacazes), Campos dos Goytacazes, v. 6, n. 2, p. 83-102, 2004.
18. JAEGER, Werner. *Paideia – a formação do homem grego*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
19. KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. Lisboa: Edições 70, 2019.
20. MAAS, Wilma Patrícia. *O cânone mínimo – O Bildungsroman na história da literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
21. MATOS, Olgária C. F. *A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.
22. Menze, C. Formación. In: J. Speck y otros (Eds.). *Conceptos fundamentales de Pedagogía*. Barcelona: Herder, 1981.
23. MÉSZÁROS, Istiván. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.
24. MOTTA, Marcia Maria Menendes. Teixeira de Freitas: da posse ao direito de possuir. *Revista da Faculdade de Direito de Campos*, Ano 6, Nº 7, p. 249-270, dezembro, 2005.
25. MÜHL, Eldon Henrique e MARANGON, Márcio Luis. Bildung em Goethe: a atualidade de um legado para a formação humana. In: DALBOSCO, et. al (Orgs.). *Formação Humana (Bildung) – despedida ou renascimento?*. São Paulo: Cortez Editora, 2019.
26. NUNES, Edson. *Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático*. Zahar. Rio de Janeiro, 2004.
27. PEDLOWSKI, Marco A. “Os limites da reforma agrária desassistida na região norte do Estado do Rio de Janeiro: entre o descaso do Estado e a resistência dos assentados”. In: PEDLOWSKI, Marco A et al. *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
28. PIMENTA, Letícia Pereira. “Vimque omnem humanitatis”: o modelo pedagógico romano. *Revista Direito e Justiça*. V.40, n.1, p.39-45, 2014.
29. PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.



30. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
31. SCHELER, Max. *A posição do homem no cosmos*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
32. SIGAUD, Lygia et al. *Ocupações e Acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
33. \_\_\_\_\_. "Ocupações de Terra, Estado e movimentos sociais no Brasil". *Cadernos de antropologia social*, n. 20, p. 11-23, 2004.
34. SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
35. WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.